

# Ameaça ao projeto urbanístico

A chefe da Divisão Técnica do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Natural (Iphan), Vera Ramos, critica a postura dos representantes do governo que insistem no erro. "A falta de conhecimento sobre o projeto urbanístico de Brasília permeia pessoas de todas as classes sociais, atinge aquelas que ocupam cargos de destaque em órgãos do governo", explica Vera. Ela aposta no aumento da fiscalização, elevação das multas e educação patrimonial para reverter a situação.

Há também o problema das invasões de área pública para transformá-las em estacionamentos privativos de órgãos pú-

blicos. Um dos exemplos é a área próxima ao Congresso, com direito à guarita para impedir o acesso de carros que não sejam credenciados.

Algumas ocupações que hoje estão regulares, nasceram à margem da lei. É o caso da ala onde funciona a Odontologia e a Clínica Médica do Hospital Universitário (HUB), na 605 Norte. Quando ainda tinha o nome de Hospital do Distrito Federal Presidente Médici, na década de 70, uma construção de três andares foi erguida fora do terreno. A importância do prédio para a comunidade forçou anos mais tarde a regu-

larização do edifício.

A ocupação irregular força, hoje, o replanejamento da duplicação da L4 Norte. Pelo projeto original, a pista deveria crescer em direção à L2, mas como a área não está vazia, será ampliada rumo ao terreno da Universidade de Brasília (UnB). O Tribunal Superior do Trabalho (TST), na praça dos tribunais, também serve de exemplo de adequação da lei ao fato. Em 1986, o prédio precisou expandir devido ao crescimento da demanda pelo serviço judiciário.

O então secretário de Obras, Carlos Magalhães, permitiu a adequação do projeto urbanísti-

co de Brasília ao crescimento da cidade. "Sou contra a invasão e atuei em diversas ocasiões, mas quando há a necessidade de órgãos públicos ampliarem a área para atender melhor a população não vejo problema. Até porque o uso será coletivo. Não podemos ser intransigentes", argumenta Magalhães.

## SERVIÇO

*As denúncias de invasões de áreas públicas podem ser feitas à Ouvidoria do Distrito Federal pelo telefone 156.*